

**Norman G. Finkelstein**

**IMAGEM E REALIDADE DO CONFLITO  
ISRAEL-PALESTINA**

*Adlene  
Cluveria*

Tradução de  
Clóvis Marques



**EDITORA RECORD**  
RIO DE JANEIRO • SÃO PAULO

2005

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

F535i Finkelstein, Norman G.  
Imagem e realidade do conflito Israel-Palestina / Norman  
G. Finkelstein; tradução de Clóvis Marques. – Rio de Janeiro:  
Record, 2005.

Tradução de: Image and reality of the Israel-Palestine  
conflict

Apêndice  
ISBN 85-01-06775-X

1. Conflito árabe-israelense – Historiografia. I. Título.

05-2138 CDD – 956.0072  
CDU – 94(569.4)

Título original inglês:  
IMAGE AND REALITY OF THE ISRAEL-PALESTINE CONFLICT

Copyright © Norman G. Finkelstein, 1995, 2003

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução, armazenamento  
ou transmissão de partes deste livro, através de quaisquer meios, sem  
prévia autorização por escrito.  
Proibida a venda desta edição para Portugal e resto da Europa.

Direitos exclusivos de publicação em língua portuguesa para o Brasil  
adquiridos pela  
DISTRIBUIDORA RECORD DE SERVIÇOS DE IMPRENSA S.A.  
Rua Argentina 171 – Rio de Janeiro, RJ – 20921-380 – Tel.: 2585-2000  
que se reserva a propriedade literária desta tradução

Impresso no Brasil

ISBN 85-01-06775-X

PEDIDOS PELO REEMBOLSO POSTAL  
Caixa Postal 23.052  
Rio de Janeiro, RJ – 20922-970



*Para meus amados pais*

*Maryla Husyt Finkelstein,  
sobrevivente do Gueto de Varsóvia  
e do campo de concentração de Maidanek*

*e*

*Zacharias Finkelstein,  
sobrevivente do Gueto de Varsóvia e  
do campo de concentração de Auschwitz.*

*Que eu nunca esqueça nem  
perdoe o que fizeram a eles.*

---

## Orientações sionistas

### *Teoria e prática do nacionalismo judaico*

---

*Zionism and the Arabs, 1882-1948: A Study of Ideology* [O sionismo e os árabes, 1882-1948: Um estudo ideológico], de Yosef Gorny, é o mais autorizado estudo até hoje publicado sobre o período crucial em que o movimento sionista fez seus primeiros contatos com a população árabe da Palestina, lutou contra ela e acabou levando a melhor.<sup>1</sup> Como indica o subtítulo, o principal foco de atenção é a ideologia sionista. Gorny revela com fascinante detalhamento tanto a diversidade de possibilidades contidas na idéia sionista como seu núcleo de intransigência, que impediu qualquer *modus vivendi* com os árabes palestinos.

#### Para definir o empreendimento sionista

Gorny começa identificando o “consenso ideológico” do qual brotou a maior parte do pensamento sionista, se não mesmo toda a sua gama. Um dos elementos deste consenso, frisa ele ao longo de seu estudo, estava no centro da crença sionista e se revelou o principal obstáculo para qualquer reconciliação com os árabes — a saber, que a Palestina deveria um dia abrigar uma maioria judaica.

No interior do consenso ideológico sionista coexistiam três tendências relativamente distintas — o sionismo político, o sionismo trabalhista e o sionismo cultural. Todos estavam comprometidos com a exigência de uma maioria judaica, mas não exatamente pelas mesmas razões.<sup>2</sup>

A pedra de toque do ideal liberal da França revolucionária estava na convicção de que era possível e desejável construir uma ordem social racional e justa com base em valores políticos compartilhados, vale dizer, democráticos. Deste modo, o Estado-nação foi concebido acima de tudo como uma forma consensual de relacionamento, sendo o cidadão sua unidade irreduzível e seu alicerce. Originando-se numa reação do período pós-revolucionário francês ao racionalismo e ao liberalismo do Iluminismo, o ponto de partida do sionismo político era a suposta falência do ideal democrático.<sup>3</sup> Os nacionalistas românticos sustentavam que vínculos mais profundos da mesma forma “natural” uniam certos indivíduos e excluía outros. Idealmente, concluía, cada uma dessas comunidades organicamente constituídas deveria dotar-se de um Estado independente. Tendo identificado o pensamento de Theodor Herzl, o fundador do moderno sionismo, nessas “fontes alemãs”, Hans Kohn, provavelmente a mais eminente autoridade em nacionalismo moderno (ele próprio um sionista a certa altura), observa:

Segundo a teoria alemã, as pessoas de ascendência comum (...) deviam formar um Estado comum. O pangermanismo baseava-se na idéia de que todas as pessoas de raça, sangue e ascendência alemães, onde quer que vivessem e qualquer que fosse o Estado a que pertencessem, deviam lealdade primeiro que tudo à Alemanha e deveriam tornar-se cidadãos do Estado alemão, sua verdadeira pátria. Eles e mesmo seus pais e antepassados podiam ter crescido debaixo de céus “estrangeiros” ou em ambientes “alienígenas”, mas sua “realidade” interior fundamental continuava sendo alemã.<sup>4</sup>

Pressupostos análogos imbuía a característica abordagem sionista da questão judaica. Ao longo da diáspora, sustentavam seus participantes, os judeus constituía uma presença “alienígena” em Estados “pertencentes” a outras nacionalidades, numericamente preponderantes. O anti-semitismo

era o impulso natural de um todo orgânico “infectado” por um organismo “estrangeiro” (ou por um corpo “estrangeiro” por demais presente).

Com efeito, a análise sionista da questão judaica replicava o raciocínio do anti-semitismo, que invocava o mesmo argumento para justificar o ódio aos judeus. Na realidade, a receita que propunha para o problema judaico também estava inscrita na lógica do anti-semitismo. O sionismo político não pretendia combater o anti-semitismo — que na melhor das hipóteses era encarado como um empreendimento quixotesco —, mas chegar a um *modus vivendi* com ele. Propunha que a nação judaica resolvesse a questão judaica se (re)estabelecendo num Estado que a ela “pertencesse”. Para isso, os judeus teriam de se constituir em algum lugar como a maioria — pois não decorria a situação de ausência de Estado dos judeus precisamente do fato de que, onde quer que se encontrassem na diáspora, formavam uma minoria numérica? A condição de maioria, conseqüentemente, ratificaria o direito constitucional dos judeus a um Estado. Assim é que o dirigente revisionista Vladimir Jabotinsky, bem-situado no contexto do consenso ideológico sionista (p. 165; todas as páginas mencionadas são do livro de Gorny), declarou que “a criação de uma maioria judaica (...) era o objetivo fundamental do sionismo”, já que “a expressão ‘Estado judaico’ (...) significa maioria judaica”, e a Palestina “haverá de tornar-se um país judeu no momento em que tiver uma maioria judaica” (p. 169, 170-1, 233).<sup>5</sup>

Para o sionismo trabalhista, a questão judaica não era apenas a ausência de um Estado, mas a estrutura de classe da nação judaica, que se havia tornado desequilibrada e deformada ao longo da longa dispersão: o Galut (exílio) havia criado um excesso de comerciantes, pequenos negociantes marginais e *Luftsmenschen* judeus, e um déficit de trabalhadores judeus. O sionismo tinha em parte como missão lançar as bases de um Estado sadio, reconstituindo a classe trabalhadora judaica. Como os interesses desta classe (e aqui o sionismo trabalhista evidentemente tomava de empréstimo uma página de Marx, adaptando-a para suas finalidades) exigiam um Estado judaico socialista, era esta a única verdadeira solução para o problema judaico. Deste modo, o sionismo trabalhista representava menos uma alternativa do que um complemento ao sionismo político. Em termos ideais, a luta de classes e o desenvolvimento econômico haveriam de

desdobrar-se num campo purificado de elementos “alienígenas”. Nas palavras de Ben-Gurion,

O direito à existência nacional independente, à autonomia nacional, que nenhuma pessoa razoável poderia considerar conflitante com a solidariedade entre os povos, significa acima de tudo: existência nacional independente com base numa economia nacional independente (p. 137-8).<sup>6</sup>

O sionismo trabalhista imbuía a exigência de uma minoria judaica de um duplo significado: primeiro, ela ratificaria o direito dos judeus de reivindicar o Estado e, segundo, assinalaria seu direito de alterar radicalmente o equilíbrio demográfico na Palestina, abrindo caminho para a concentração territorial da nação judaica. Para citar novamente Ben-Gurion: “A maioria é apenas uma etapa em nosso caminho, *embora uma etapa importante e decisiva no sentido político*. A partir dela, podemos prosseguir tranqüilamente confiantes em nossas atividades e concentrar as massas de nosso povo neste país e em suas imediações” (p. 216; o itálico é nosso).<sup>7</sup>

De maneira geral, a exigência de uma maioria judaica feita pelo movimento sionista escorava-se num conjunto de pressuposições que iam de encontro ao ideal liberal. Já o sionismo cultural não negava explicitamente a conveniência (ou viabilidade) de uma organização política democrática. Sua exigência de uma maioria judaica não representava tanto uma rejeição categórica do liberalismo, mas uma solução para certos limites nele supostamente contidos, especialmente no terreno da cultura.

Os sionistas culturais não queriam resolver “o problema dos judeus”, mas “o problema do judaísmo” no mundo moderno. A seus olhos, a sobrevivência do judaísmo e do povo judeu era menos ameaçada pelo antissemitismo do que por uma civilização cada vez mais secularizada que os transformava num anacronismo. O verdadeiro problema não estava na fria rejeição dos gentios, e sim em seu abraço tentador. A tarefa mais urgente do sionismo, assim, era elaborar uma *Weltanschauung* de acordo com o mundo contemporâneo e ainda assim trazendo a inconfundível marca do resplandecente legado do povo judeu. A sobrevivência da nação judaica seria determinada pelo sucesso ou o fracasso desta empreitada.

Esta nova síntese nacional não poderia efetivar-se, entretanto, enquanto o povo judeu permanecesse dispersado na diáspora. Ela exigia um “centro espiritual” capaz de concentrar e unificar as energias da nação judaica e, em última análise, servir-lhe de força centrípeta. Para criar este centro, os judeus precisavam constituir-se como maioria numérica em algum Estado, pois as instituições culturais cruciais de qualquer sociedade estão subordinadas ao Estado, que sempre traz a marca da nação majoritária. Mesmo nos Estados mais democráticos, a vida cultural da minoria só pode ser “tolhida e confinada”, na formulação do eminente teórico do sionismo cultural Ahad Ha’am (p. 102-3).<sup>8</sup>

O sionismo cultural encarava portanto a maioria judaica como *conditio sine qua non* não de um Estado dos judeus, mas do livre renascimento espiritual da nação judaica. A Palestina, com sua maioria judaica, acabaria servindo como ponto de referência espiritual para os judeus de todo o mundo; não seria, no entanto, um Estado ao qual todos os judeus teriam de vincular-se politicamente.<sup>9</sup> Ainda assim, o caráter da exigência de uma maioria judaica era definido, em termos práticos, pelos setores hegemônicos do movimento sionista. Para eles, a maioria judaica e o Estado judaico estavam indissolúvelmente vinculados: a maioria judaica eram os meios, e um Estado constitucionalmente vinculado aos judeus de todo o mundo, o fim.

A exaustiva e meticulosa análise dos registros documentais empreendida por Gorny demonstra que, não obstante toda a sua flexibilidade tática, a liderança sionista nunca recuou em seu apego à idéia de um Estado da nação judaica. O que esta liderança oferecia à população árabe da Palestina era, na melhor das hipóteses, um conjunto de salvaguardas institucionais no sentido de que seus direitos “civis” não seriam violados após o estabelecimento do Estado judaico; todavia estas garantias para a futura minoria árabe não impediam — na realidade, pressupunham — que, em princípio, o pretendido Estado pertenceria ao povo judeu.

Consideremos, por exemplo, as fórmulas de “compromisso” apresentadas pelo movimento sionista após os distúrbios árabes de 1929, quando as perspectivas do empreendimento sionista encontravam-se em seu ponto mais baixo até então. Weizmann propôs o princípio da paridade — vale dizer, igualdade total na representação administrativa dos dois povos —, mas sua intenção (nas palavras de Gorny) era “assegurar o status civil dos

árabes” no interior de um Estado que seria de “propriedade” judaica (p. 206). Da mesma forma, o “compromisso” então favorecido por Ben-Gurion não era um Estado binacional, mas um regime binacional, no qual (na formulação de Gorny) “o povo judeu teria direitos de propriedade sobre a Palestina e a comunidade árabe teria o direito de nela residir” (p. 212).<sup>10</sup> Finalmente, Jabotinsky prometeu aos habitantes árabes da Palestina direitos plenos e iguais como entidade nacional, de acordo com as melhores tradições do pensamento socialista austro-húngaro, mas na questão do princípio de uma maioria judaica/Estado judaico ele não aceitava compromissos (p. 233-4).

O apego da liderança sionista ao princípio de um Estado judaico da nação judaica encontrou expressão concreta e inequívoca em sua insistência em que os judeus da diáspora desfrutassem de situação privilegiada em relação ao futuro Estado. Ben-Gurion, por exemplo, negava que a existência de um Estado judaico significasse necessariamente a dominação da minoria (árabe) (p. 306-7). A minoria poderia continuar desfrutando de plena igualdade civil e nacional, além de autonomia na educação, na cultura e na religião; com efeito, um membro da minoria poderia até mesmo ser eleito presidente ou primeiro-ministro do Estado. É verdade que a maioria judaica determinaria a “imagem” do Estado, mas isso também era (ou podia ser) um fato em todos os Estados democráticos. Todavia o que haveria de distinguir o Estado judaico, em sua opinião, seria sua orientação para todo o povo judeu: “O Estado não existirá apenas para seus habitantes (...) mas para atrair massas de judeus da diáspora, para reuni-los e enraizá-los em sua pátria.”<sup>11</sup>

Identificamos até aqui as correntes do sionismo que se encaixam no consenso ideológico sionista mencionado por Gorny. Ele também dedica considerável espaço aos elementos do movimento sionista que não se enquadravam no consenso ideológico mas ainda assim estavam comprometidos com alguma versão do sionismo.

De maneira geral, o que atraía esses dissidentes para o sionismo era sua dimensão cultural; politicamente, eles eram favoráveis a uma solução binacional do conflito em torno da Palestina, na qual fosse reconhecida “a total igualdade dos direitos políticos dos dois povos” (p. 119). O que nos interessa sobretudo aqui, entretanto, não são seus programas e perspectivas em si mesmos (que foram em grande número, todos eles sofren-

do cruciais revisões ao longo do tempo). Pois o fato é que, embora os círculos sionistas dissidentes (exemplos: o Brit-Shalom, o Ihud) pudessem ter em suas fileiras alguns dos mais eminentes membros do movimento, entre eles o respeitado sociólogo Arthur Ruppin, primeiro presidente da Universidade Hebraica Judah Magnes, e o renomado filósofo Martin Buber, não deixavam de ser numericamente fracos e politicamente marginais. Nosso interesse se volta antes para sua crítica — às vezes implícita, com maior frequência explícita — das correntes centrais do sionismo. Esta crítica é digna de nota porque era ao mesmo tempo interna no movimento sionista, não podendo, assim, ser facilmente descartada, e também excepcionalmente convincente e incisiva, sob todos os aspectos. Na verdade, mostra-se tão pertinente hoje quanto no momento em que era feita.

Os dissidentes sionistas negavam que o êxito do projeto sionista — ou pelo menos tal como o definiam — dependesse do fato de os judeus se constituírem em maioria na Palestina. Eles não se opunham em princípio a que os judeus se tornassem em dado momento o elemento numericamente preponderante; o que não aceitavam era o significado atribuído à idéia de uma maioria judaica por seus adversários no movimento sionista. Os dissidentes argumentavam que por trás da exigência de uma maioria judaica se escondia a intenção de estabelecer uma alegação de direitos superiores sobre o pretendido Estado, conferindo aos judeus uma “vantagem em matéria de direitos” e presumindo a dominação e a supressão dos árabes da Palestina (p. 120, 145, 284). Hugo Bergmann, do Brit-Shalom, resumiu muito bem as pressuposições das correntes centrais do sionismo:

A contradição entre os perfis políticos do Brit-Shalom e de seus opositores não se baseia apenas em nossa posição a respeito dos árabes. É algo muito mais fundamental e profundamente enraizado. Nossas convicções políticas decorrem das percepções do judaísmo. Queremos que a Palestina seja nossa para que as crenças morais e políticas do judaísmo deixem sua marca no modo de vida deste país, e para que aqui possamos pôr em prática a mesma fé que se manteve viva em nossos corações durante dois mil anos. E nossos oponentes têm pontos de vista diferentes. Quando falam da Palestina, de nosso país, estão se referindo ao “nosso país”, e não ao “país deles”. Este ponto de vista foi derivado da Europa em seu período de

declínio. Baseia-se no conceito de um *Estado que seja propriedade de um povo*. (...) Desse modo, vários Estados europeus atuais consideram que a existência de um Estado significa que determinado povo, entre os povos que nele residem, deve desfrutar de direitos prioritários. (...) Eles justificam esta injustiça invocando o sagrado egoísmo do Estado (p. 122-3; itálico no original).

Bergmann também criticava o conceito de “povo do país”, que segundo ele “atribui direitos prioritários a um povo em detrimento de outro, como se um deles fosse o filho natural, e o outro, o enteado” (p. 123). Com efeito, o conceito contradizia o princípio democrático da cidadania.

### A justificação do empreendimento sionista

O sionismo pretendia criar um Estado judaico que o povo judeu pudesse considerar plenamente como seu. Num Estado assim concebido, os não-judeus, ainda que gozando de plenos direitos de cidadania, poderiam figurar na melhor das hipóteses como uma excrescência do corpo político. Assim, a concretização do projeto sionista na Palestina significava na realidade a transformação da população árabe local numa presença gratuita tolerada pela maioria judaica.

Não obstante todo o seu aparente — ou público — otimismo, a liderança sionista não alimentava muitas ilusões de que os árabes palestinos jamais aceitassem tal eventualidade. Jabotinsky zombava da idéia de que as raízes das objeções árabes talvez se encontrassem em sua compreensão imperfeita do empreendimento sionista: os árabes o compreendiam muito bem, e por isto mesmo é que se opunham de maneira tão veemente até mesmo em seu incipiente início (p. 165-6). Durante a revolta árabe de 1936-39, Weizmann reconheceu diante de seus companheiros reunidos no Congresso Sionista que “se eu fosse árabe, indubitavelmente pensaria como eles pensam, embora com toda certeza agisse de maneira algo diferente” (p. 249).<sup>12</sup>

Concomitantemente, a liderança sionista não tinha dúvidas de que seu projeto teria de ser imposto à maioria esmagadoramente árabe da Palesti-

na e de que sua aplicação teria de ser concretizada mediante grave violação das normas democráticas. Vários dias antes de morrer, Berl Katznelson, por exemplo, reconheceu numa reunião de jovens que a criação de um Estado judaico significava impor a vontade dos judeus aos árabes, que isto era condenável do ponto de vista da pura e simples moral democrática, mas que todas as iniciativas sionistas haviam sido tomadas contra a vontade da maioria (p. 303). Gorny também cita a observação altamente pertinente de Jabotinsky de que desde que Herzl propusera pela primeira vez a idéia de uma carta, o movimento sionista vinha agindo no pressuposto de que até que os judeus constituíssem o elemento preponderante na Palestina, o princípio democrático do governo da maioria ali teria de ser descumprido.<sup>13</sup> Seja como for, as correntes centrais do movimento sionista nunca puseram em dúvida seu “direito histórico” de, através do “direito de retorno”, impor um Estado judaico à população árabe da Palestina.

O sionismo fundamentava seu direito de preempção ao estabelecimento de um Estado judaico na Palestina — um direito que supostamente se sobrepunha às aspirações da população local — no alegado direito do povo judeu àquela terra. Para compreender plenamente este argumento, devemos voltar brevemente à gênese da ideologia sionista.

O anti-semitismo moderno combinava dois discursos conceitualmente distintos — ainda que na prática se sobrepusessem —, cada um dos quais contestava de um ângulo diferente a visão liberal da relação entre nação e Estado:

1. Um discurso *político*, afirmando que a superestrutura política e de Estado não pertencia aos cidadãos, mas à nação (comunidade orgânica) que contasse com a maioria numérica. Era esta a argumentação básica dos anti-semitas “românticos” como Fichte na Alemanha.
2. Um discurso *topográfico*, afirmando que a unidade territorial e de Estado não pertencia aos habitantes como tais, mas apenas à nação (comunidade orgânica) que com ela fosse capaz de estabelecer uma singular ligação histórico-espiritual. Era a argumentação básica dos anti-semitas românticos mas também dos “integrais”, como Barrès na França.

Já vimos que o sionismo reproduzia o raciocínio do discurso político anti-semita e seguia sua lógica, concluindo que a solução da questão judaica exigia uma organização política “pertencente” à nação judaica. Na realidade, o sionismo também reproduzia a argumentação do discurso topográfico anti-semita, ao chegar à conclusão de que o restabelecimento do povo judeu em sua pátria “histórica” (“orgânica”, “integral” etc.) era a maneira de resolver a questão judaica. A candidata óbvia a ser esta pátria era, naturalmente, a Palestina (“Terra de Israel”), com suas muitas ressonâncias para o povo judeu. Ideologicamente, eram duas as implicações da incorporação da Palestina a um discurso que se referia a ela como pátria “histórica” do povo judeu. Em primeiro lugar, tornava-se desta maneira o povo judeu “estranho” a qualquer outra unidade territorial e de Estado, sendo com isso corroboradas as alegações do anti-semitismo.<sup>14</sup> Além disso, mais importante para nossos objetivos aqui é que esta incorporação tornava a Palestina um elemento de importância apenas acidental para sua população árabe.

Como ilustra muito claramente Gorny, o argumento acima constituía a pedra de toque de todo o arco da ideologia sionista, assim como a primeira, última e única linha de defesa retórica apresentada pelo movimento à medida que se manifestava uma escalada da oposição árabe local.<sup>15</sup> Tal como formulada pela liderança sionista no período coberto pelo estudo de Gorny, o direito de preempção do povo judeu de todo o mundo à Palestina decorria de três “fatos” inter-relacionados: (1) a ligação do povo judeu com a terra da Palestina era *sui generis*; (2) os habitantes árabes da Palestina, embora efetivamente constituíssem uma nação, não formavam uma nação separada, antes fazendo parte de uma nação árabe maior, para a qual a Palestina não tinha especial ressonância; *ergo* (3) o povo judeu tinha um direito “histórico” à Palestina, ao passo que a população árabe local podia na melhor das hipóteses reivindicar simples direitos “residenciais” na região.

O sionista cultural Ahad Ha'am mantinha-se (segundo Gorny) “firme em sua insistência na necessidade de tratar de maneira justa ambos os povos na Palestina”, mas “considerava que os direitos históricos dos judeus superavam os direitos residenciais dos árabes na Palestina” (p. 103-4). Max Nordau declarou que a Palestina era “a herança legal e histórica” da nação judaica, “da qual foi roubada há 1.900 anos pelos agressores roma-

nos”; os árabes palestinos tinham apenas “direitos de posse” (p. 157). Jabotinsky afirmou que, como a nação árabe havia incorporado “grandes extensões de terra”, seria um “ato de justiça” requisitar a Palestina “para criar uma pátria para um povo errante”; os árabes palestinos continuariam a ter um lugar que pudessem considerar seu, e mesmo qualquer um de nada menos que nove países a leste e oeste de Suez (p. 166, 168-9). Na visão de Ben-Gurion, a Palestina tinha um significado “nacional” para os judeus, e portanto lhes “pertencia”; em contrapartida, os árabes palestinos, na qualidade de constituintes da grande nação árabe, não encaravam a Palestina, mas o Iraque, a Síria e a península Arábica como sua pátria “histórica” — a Palestina tinha para eles importância meramente “individual”, como o local onde se encontravam no momento. O povo judeu tinha portanto o direito de se concentrar na Palestina, enquanto a comunidade de árabes palestinos poderia desfrutar apenas dos direitos que incumbem aos residentes (p. 210-12, 217).<sup>16</sup>

Nas fileiras do movimento sionista, tais formulações só eram contestadas pelo pequeno círculo dos dissidentes. Ernest Simon, por exemplo, do Brit-Shalom, sustentava que o “direito histórico” do sionismo à Palestina era “uma categoria mais metafísica do que política”. Relacionada “às profundezas mais étnicas do judaísmo”, esta “categoria (...) é mais determinante para nós, e não para os árabes”. Assim, ele negava “enfaticamente” que ela conferisse aos judeus qualquer direito sobre a Palestina sem o consentimento dos árabes (p. 197).<sup>17</sup>

O alegado direito de preempção do sionismo sobre a Palestina tinha relação direta com duas questões políticas de grande influência no período do mandato britânico: a partição e a transferência de populações.

Para o movimento sionista, a pátria “histórica” do povo judeu incorporava toda a Palestina, incluindo a Transjordânia, as colinas de Golã e o sul do Líbano. Dada sua natureza supra-histórica — na verdade, fantástica —, nenhum acerto mundano poderia cancelar este decreto “histórico”. Em consequência, a partição era vista como um compromisso provisório, que tinha utilidade até que as condições estivessem maduras para a plena concretização do *endziel* sionista. Assim foi que Ben-Gurion tomou o cuidado de fazer as devidas ressalvas ao aceitar o esquema de partição apresentado pelos britânicos no fim da década de 1930:

O Estado judaico que no momento nos é oferecido não é o objetivo sionista. Dentro desta área não é possível resolver a questão judaica. Mas ele efetivamente *pode* servir como uma etapa decisiva no caminho para maior concretização do projeto sionista. Ele consolidará na Palestina, no mais breve prazo possível, a verdadeira força judaica que nos conduzirá a nossa meta histórica (p. 259; itálico no original).

Em sua correspondência privada, Ben-Gurion desenvolveu este ponto. O Estado judaico, escreveu a seu filho, teria “um extraordinário exército — não tenho dúvida de que nosso exército será um dos melhores do mundo — e por isso estou convencido de que não seremos impedidos de nos estabelecer no resto do país, seja mediante acordo e mútuo entendimento com os vizinhos árabes ou de alguma outra forma” (p. 260; Gorny reproduz apenas parte deste trecho).

A reivindicação sionista sobre toda a Palestina não só impedia um *modus vivendi* baseado na partição com a população árabe local, mas também questionava *toda* presença árabe na Palestina. E assim era, especialmente, tendo-se em mente que na prática o discurso sionista sobre a Palestina se fundia com o discurso sionista sobre a organização política judaica. Ambos os discursos sustentavam que (1) para “normalizar” sua condição, os judeus precisavam transferir-se para um Estado (organização política/unidade territorial) que lhes “pertencesse” e (2) os habitantes não-judeus do Estado dos judeus (organização política/unidade territorial), mesmo sendo cidadãos e residentes há muito tempo, não eram intrinsecamente “dele”.<sup>18</sup> Assim, os discursos político e topográfico do sionismo correm paralelamente; reforçam-se e se legitimam mutuamente. O resultado é uma ideologia radicalmente exclusivista que na melhor das hipóteses faz dos não-judeus uma presença redundante, facilmente se prestando a esquemas favoráveis à transferência de populações — e a sua expansão.

Para a maioria dos sionistas, observa Gorny, um êxodo em massa da população árabe local sempre foi a solução ideal para o conflito em torno da Palestina (p. 303-4).<sup>19</sup> Os sionistas trabalhistas, por exemplo, não consideravam “a idéia de uma transferência em massa (...) moralmente condenável em momento algum, e suas hesitações tinham a ver apenas com sua eficácia política” (p. 305). No fim da década de 1930, o reverenciado sio-

nista trabalhista Berl Katznelson confessou publicamente que poderia perfeitamente, em plena consciência, apoiar uma proposta de inspiração britânica para deslocar à força a população árabe nativa:

Um vizinho distante é melhor que um inimigo próximo. Eles não sofrerão com a transferência, e nós tampouco, com toda certeza. Em última análise, trata-se da alteração de um acordo político para beneficiar ambas as partes. Há algum tempo já considero que é esta a melhor das soluções, e durante os distúrbios fiquei ainda mais convencido de que em algum momento deverá concretizar-se (p. 258).

Até mesmo a extrema esquerda do movimento trabalhista sionista concordava em que não havia nada de moralmente condenável na idéia de uma transferência populacional compulsória. Fiel a suas convicções sionistas, Aharon Zisling declarou assim que “não nego nosso direito moral de propor a transferência populacional. Não existe problema moral numa proposta destinada a concentrar o desenvolvimento da vida nacional; o contrário é que é verdadeiro — numa nova ordem mundial, esta pode e deve ser uma nobre visão humana”. A única reserva feita por Zisling era de ordem pragmática: a concretização da transferência poderia levar a uma guerra total com os Estados árabes vizinhos (p. 262). Na outra extremidade do espectro das correntes sionistas centrais, Jabotinsky tampouco considerava a troca de populações uma injustiça histórica, mesmo que fosse aplicada à força (págs. 270-1).<sup>20</sup>

### A concretização do empreendimento sionista

Vimos que a causa essencial do conflito em torno da Palestina era — para citar Gorny — a aspiração sionista “de devolver ao povo judeu, soberania total ou parcial sobre a Palestina” (p. 13). O movimento sionista tentava criar um Estado judaico na Palestina — vale dizer, um Estado no qual os não-judeus figurariam na melhor das hipóteses como uma presença supérflua. Os líderes sionistas tinham perfeita consciência de que a população árabe da Palestina veria com alarme quaisquer tentativas de criar um

Estado tão exclusivista. Voltamo-nos agora para a estratégia que traçaram para enfrentar a previsível — e posteriormente efetiva — resistência. Esta investigação é útil não apenas por seu interesse histórico intrínseco como também por revelar as fontes profundas do pensamento estratégico israelense de hoje.

Dentro do movimento sionista, era notável o consenso estratégico sobre a questão árabe.<sup>21</sup> Basicamente, este consenso era permeado por três premissas inter-relacionadas:

1. *O movimento sionista não deveria esperar nem buscar a aquiescência dos árabes palestinos.* Em sua fértil série de artigos, muito apropriadamente intitulada “A muralha de ferro”, Jabotinsky insiste em que “um acordo voluntário entre nós e os árabes da Palestina é inconcebível, atualmente ou num futuro previsível (...) precisamente porque eles não são um mero ajuntamento, mas uma nação viva” (p. 165-6). Já vimos que, apesar dos protestos em contrário que faziam em público, a maioria dos líderes sionistas convergia neste sentido. Ben-Gurion, assim, reconhecia que, entre os judeus e os árabes da Palestina, “existe efetivamente um conflito difícil de superar” (p. 228). Mais significativo ainda era o fato de os árabes palestinos não serem sequer encarados como o interlocutor relevante para se chegar a um acordo em torno do conflito a respeito da Palestina. Como vimos acima, o movimento sionista considerava na melhor das hipóteses hipotéticas as reivindicações da população árabe nativa sobre a Palestina. Assim sendo, observa Gorny, Weizmann “não considerava os árabes palestinos como parceiros em negociações sobre o futuro da Palestina” (p. 114).

2. *O êxito do empreendimento sionista dependia do apoio de uma (ou mais) das grandes potências.* Em vista da previsível — e mais tarde concreta — resistência da população nativa da Palestina ao projeto sionista, os líderes do movimento reconheceram que jamais poderiam fincar os pés firmemente na Palestina sem o apoio de uma (ou mais) das grandes potências. Na sucinta formulação de Jabotinsky, “a colonização [só] poderá desenvolver-se sob a proteção de uma força que não dependa da população local, por trás de uma muralha de ferro que ela não seja capaz de rom-

per” (p. 166). Para conseguir o apoio de uma grande potência para seu empreendimento, o movimento sionista, naturalmente, tinha de oferecer um *quid pro quo*. Sobretudo porque o sionismo pretendia estabelecer o Estado judaico na Palestina — uma região que, no alvorecer do novo imperialismo europeu do fim do século XIX, fazia parte crucial do pensamento estratégico de toda grande potência.<sup>22</sup> Com efeito, antes mesmo que qualquer grande potência concordasse em propiciar um empreendimento colonizador na Palestina, os colonizadores teriam de subordinar seu projeto aos interesses estratégicos dessa potência. É exatamente o que o movimento sionista tratou de fazer desde o início.

Com o agravamento do conflito entre os turcos otomanos e os árabes no início do século XX, Jabotinsky propôs uma aliança com os turcos para minar a unidade e a homogeneidade do mundo árabe. Jabotinsky percebeu que a política imperial turca de reinar para dividir ia ao encontro dos interesses sionistas, e que quanto mais feroz a competição entre os turcos e os árabes, mais provavelmente aqueles estariam inclinados “a encarar de maneira cada vez mais favorável o aumento de nosso número na Palestina. O aumento do poder árabe gradualmente aumentará a simpatia dos turcos por nós” (p. 53). A proposta de Jabotinsky constitui uma espécie de precedente do pensamento sionista posterior à Primeira Guerra Mundial, quando a Grã-Bretanha substituiu a Turquia como potência dominante no Oriente Médio. Quaisquer que tenham sido as decepções e frustrações que tenha causado ao movimento sionista ao longo dos anos, da Declaração Balfour ao cancelamento do mandato sobre a Palestina, o império britânico não deixou de funcionar como “muralha de ferro”. Gorny frisa que a estratégia de Weizmann “baseava-se acima de tudo no pressuposto de que a aliança com a Grã-Bretanha constituía a única garantia externa de consecução das metas sionistas” (p. 108). Ele observa ainda que, “a este respeito, houve desde o início no movimento sionista um consenso abrangendo todos os setores, de Weizmann a Jabotinsky e ao movimento revisionista num período posterior, passando pelo movimento trabalhista (ibid.; ver também p. 176).

Na realidade, o sionismo representava uma dupla vantagem para os supervisores imperialistas: por um lado, podia servir como cabeça-de-ponte imperial numa região estrategicamente crucial mas politicamente volátil,

e, por outro, podia funcionar como pára-raios ante o descontentamento popular local, desviando a atenção da potência imperial. Foi essencialmente este — o Estado judaico como “trunfo estratégico” — o *quid pro quo* oferecido pelo movimento sionista aos britânicos. Gorny observa que Weizmann, que cuidava das relações externas do movimento sionista, empenhou “esforços incansáveis” na tentativa de “convencer o governo britânico da identidade de interesses entre os objetivos nacionais dos dois povos” (p. 108). Assim foi que argumentou que uma Palestina judaica podia funcionar como uma guarnição regional para defender o canal de Suez e também como base de lealdade política entre os Estados que acabavam de se tornar independentes. Ele opunha a total devoção da população judaica ao império britânico à instabilidade política dos árabes, cujo movimento era de orientação antieuropeia (p. 114, 207). Da mesma forma, Jabotinsky, que formulou a estratégia para a quase autônoma ala revisionista do movimento sionista, sustentava que, “se existe um posto avançado no litoral mediterrâneo que a Europa tem uma chance de preservar, é a Palestina, mas uma Palestina com maioria judaica” (p. 234).

3. *O conflito em torno da Palestina deveria ser resolvido no contexto de uma aliança regional subordinada aos interesses das grandes potências.* Na visão de Jabotinsky, a idéia do Estado judaico de tal maneira ia ao encontro das sensibilidades árabes que o movimento sionista só podia contar com o apoio dos britânicos (p. 166). Líderes sionistas menos extremistas, no entanto, trataram de articular uma abordagem mais nuançada em relação ao mundo árabe, distinguindo entre os árabes palestinos e seus irmãos que não eram diretamente afetados pelo empreendimento sionista. Eles acreditavam que os regimes árabes vizinhos poderiam ser convencidos — ainda que relutantemente — das vantagens de uma parceria com o sionismo. O movimento sionista facilitaria o renascimento árabe, em troca do direito de exercer a soberania numa pequena parte do vasto território sobre o qual o povo árabe reivindicava jurisdição. Deste modo, o conflito em torno da Palestina encontraria sua solução num contexto regional ampliado. Por outro lado, uma vez isolado da política árabe em geral, sua importância seria dramaticamente reduzida. Como dizia Weizmann em carta a Balfour, “a questão conhecida como problema ára-

be na Palestina terá um caráter meramente local, e na realidade quem quer que conheça a situação não o considera um fator de alta relevância” (p. 110). Por outro lado, os árabes palestinos poderiam concretizar suas aspirações nacionais em sua pátria “autêntica” — vale dizer, a região que fica entre as três pontas do triângulo Meca-Damasco-Bagdá —, a qual, com a ajuda sionista, logo haveria de se beneficiar de um renascimento. Onde a sugestão otimista de Ben-Gurion de que não havia uma “contradição inevitável” entre as aspirações nacionais judaicas e árabe-palestinas, desde que o problema fosse encarado em toda a sua abrangência regional (p. 228).

Na realidade, o movimento sionista estava propondo servir de elemento de ligação para uma confederação pan-árabe subordinada aos interesses do império britânico (p. 110-11, 260). O Estado poderia ao mesmo tempo servir como gendarme regional da Grã-Bretanha e propulsionar os regimes árabes locais. A essencial vinculação do sionismo aos britânicos para o estabelecimento e a manutenção de sua base na Palestina limitou suas alternativas em relação ao mundo árabe. Ele só podia entrar em negociações que não fossem de encontro aos interesses da Grã-Bretanha (p. 86-7). Na prática, isto significava que as alianças regionais forjadas pelo sionismo só podiam ter como parceiras elites árabes dependentes e portanto fracas, imprevisíveis e internamente impopulares. Ainda por cima, dada a própria natureza do projeto sionista — isto é, a pretensão de implantar um Estado judaico exclusivista em pleno mundo árabe e às custas dos árabes palestinos —, só se podia mesmo esperar que as elites árabes mais corrompidas se aliassem a ele.<sup>23</sup> Era evidente que alianças construídas sobre bases tão frágeis e instáveis pouco contribuiriam para diminuir a dependência do sionismo a uma grande potência. Na realidade, a identificação do movimento sionista com as forças sociais mais regressivas e estereis do mundo árabe (conseqüência inevitável das alianças)<sup>24</sup> tenderia em última análise a aumentar sua insegurança regional e a exacerbar sua dependência a uma grande potência. Tais considerações ajudam a entender as profundas premonições de Ben-Gurion sobre o destino de um Estado judaico no mundo árabe, mesmo considerando-se a possibilidade de um acordo judaico-árabe sobre bases regionais, assim como sua convicção de que este hipotético acerto ainda assim teria de (nas palavras de

Gorny) “funcionar de acordo com os interesses do império britânico” (p. 260; ver também p. 227, 255).

Assim como se distanciavam do *endziel* e das racionalizações ideológicas das correntes centrais do movimento sionista, os dissidentes sionistas também se distanciavam de seu *modus operandi* estratégico. Um editorial dado a público em agosto de 1931 pelo Brit-Shalom denunciava que, em sua busca de uma maioria judaica e de um Estado judaico, o movimento sionista se havia associado (na paráfrase de Gorny) a “forças reacionárias e imperialistas contra o Leste ressurgente” (p. 194).<sup>25</sup> Tocando na mesma tecla numa edição posterior do jornal da associação,<sup>26</sup> o eminente brit-shalomista Gershom Scholem dava a entender que um dia o movimento sionista se haveria de arrepender da aliança que estabelecera com o colonialismo britânico contra os povos oprimidos do mundo árabe: “Ele haverá de ser varrido do mapa com as nações imperialistas ou queimado na fornalha da revolução do Leste renascente.” A única alternativa consistia em reelaborar de tal maneira o projeto sionista que o movimento sionista pudesse passar a se identificar com as “forças da revolução”. “Se ele tiver de cair”, advertia, “é melhor que caia com os que estão do lado certo das barricadas” (p. 195-6).

O movimento sionista não deu ouvidos às críticas de seus dissidentes, com conseqüências infelizmente muito bem conhecidas ainda hoje. Na realidade, a esta altura o alcance do empreendimento sionista já foi reduzido a seu simples *modus operandi*. Israel não resolveu a questão judaica; pelo contrário, a atrelagem do chamado “Estado judaico” ao imperialismo ocidental e seus sátrapas locais só serviu para exacerbá-la. Israel não se transformou na referência espiritual para o povo judeu de todo o mundo; na realidade, pode-se dizer que é menos fecundo em termos culturais do que as comunidades judaicas no chamado Galut.<sup>27</sup> Israel não remodelou o povo judeu numa “nação trabalhadora”; pelo contrário, está transformando os judeus israelenses numa classe parasitária — *pieds noirs* que exploram a mão-de-obra árabe barata e vivem na dependência de maciças subvenções externas.<sup>28</sup>

Os meios foram transformados em fins. Qual seria a razão de ser do sionismo no mundo contemporâneo, senão funcionar como posto avançado de “forças reacionárias e imperialistas contra o Leste ressurgente”?

## Uma terra sem povo

### Joan Peters e a imagem da “terra bravia”

Inversão de valores — a inversão ou distorção cínica dos fatos, fazendo com que, por exemplo, a vítima se transforme em culpado.

*From Time Immemorial*, p. 173

Poucos livros recentes sobre as origens do conflito israelense-palestino despertaram tanto interesse quanto o estudo de Joan Peters, *From Time Immemorial*.<sup>1</sup> Praticamente todos os periódicos de opinião publicaram uma ou mais resenhas semanas depois da publicação do livro. Segundo a editora Harper & Row, apenas oito meses depois da publicação *From Time Immemorial* já estava em sua sétima prensagem. Informava-se então que a autora havia agendado nada menos que 250 conferências nos doze meses subseqüentes.

Os críticos evidenciaram divergências em sua avaliação global do livro. Mas foram unânimes em elogiar as pesquisas e descobertas demográficas que estão no centro do estudo de Peters. Jehuda Reinharz, a respeitável biógrafa de Chaim Weizmann e atual presidente da Universidade Brandeis, referiu-se a *From Time Immemorial* no *Library Journal* (15 de abril de 1984) como uma “valiosa síntese” e uma “análise inovadora” que “demonstra de maneira convincente que muitos daqueles que hoje se consideram refugiados palestinos são na realidade antigos imigrantes ou filhos